



CORPO E AGÊNCIA: temas para experiências didáticas

João Roberto Bort Júnior¹

Resumo

Trata-se de um relato de nossas experiências em escolas da rede de educação do estado de São Paulo, particularmente de escolas da região da Diretoria de Ensino de Americana-SP, nas quais propusemos reflexões para alunos e professores acerca de aspectos das interações subjetivas e dos processos sociais envolvendo o corpo para desmistificar preconceitos principalmente contra sujeitos que se expressam diferente de sua natureza sexual. A partir de palestras que apresentavam vídeos, imagens e notícias, sugerimos àqueles que intervenções e modificações corporais consistem em práticas inerentes à condição humana. Ou seja, de que o corpo sempre, e não apenas pelos transgêneros, é alterado por nossas práticas culturais e, por não haver corpo estritamente biológico, não haveria sustentação para preconceitos contra outras corporalidades.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Educação. Corpo. Agência.

BODY AND AGENCY: subjects for experiences didactics

Abstract

This is an account of our experiences in schools of the education network of the state of São Paulo, particularly of schools in the Americana region, in which we proposed reflections for students and teachers about subjective interactions and social processes involving the body to demystify prejudices especially against people who express themselves differently from their sexual nature. From lectures that presented videos, images and news, we suggest to those that interventions and corporal modifications consist of practices inherent to the human condition. That is, the body always, and not only by the transgender, is altered by our cultural practices and, because there is no strictly biological body, there would be no support for prejudices against transgender corporealities.

Key words: Sexual diversity. Education. Body. Agency.

¹ Doutorando em Antropologia Social – Unicamp. Professor de Educação Básica II - Sociologia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEE/SP. E-mail: jrbort@gmail.com.

Introdução

Em abril de 2016, transgêneros, pessoas que não necessariamente se identificam com sua natureza sexual, tiveram uma conquista com o Decreto Federal nº 8727, que reconhece a não correspondência obrigatória entre identidade de gênero e o sexo atribuído geneticamente. Por isso mesmo, determina que órgãos públicos se utilizem dos nomes sociais que convierem melhor aos sujeitos transgêneros que, é bom lembrar, são também sujeitos de direito. Anteriormente, em maio de 2014, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) já havia disposto, acatando a Deliberação nº 125 do Conselho Estadual de Educação, sobre a inclusão de nomes sociais nos registros das instituições educacionais da rede pública e privada. Embora o cenário favorável àqueles que não se reconhecem no gênero de seus nomes, a reação de deputados federais, como a de João Campos (PRB/GO) da Frente Parlamentar Evangélica, foi quase imediata por meio do Projeto de Decreto nº 395, que visa suspender o decreto federal de abril². Apesar de 290 alunos da rede de educação de São Paulo já usarem o nome social, segundo reportagem³ de junho de 2016, temos dificuldade de reconhecermos o direito individual de livre expressão de outras identidades, negando, por consequência, aquilo que é verdadeiramente próprio do fundamento humano: a capacidade cultural de imprimir diversos sentidos à realidade e à natureza (Lévi-Strauss, 2008).

É essa dupla condição – a saber, de tornarmo-nos diferentes em vista de sermos igualmente capazes de elaborar significados para o mundo, inclusive, sobre o corpo – que nos hominiza. Condição antropológica que, quando verdadeiramente compreendida – que não parece ser o caso dos deputados autores do projeto –, desconstrói o histórico equívoco de confundir distinção com inferioridade, ou seja, compreensão que poria fim ao erro de fazer da diferença fundamento de alguma superioridade. Logo, para desenvolvermos o respeito à diversidade sexual, devemos pôr em evidência justamente essa natureza humana. Devemos promover uma educação que saliente que somos diferentes porque somos capazes de assim nos constituir. Apostamos nessa ideia, em palestras para alunos e docentes da rede pública de educação, para desmistificar uma dicotomia entre heterossexuais e outras formas de expressão da identidade e da sexualidade. Ou seja, não opomos

² O Projeto de Decreto nº 395 aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, conforme em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=208502>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2017.

³ Conferir reportagem do G1 em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/escolas-estaduais-de-sp-tem-290-alunos-usando-nome-social.html>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2017.

heterossexualidade a demais sujeitos, pelo contrário, as desmistificamos. Partimos de uma oposição inerente a prática social, da forma de classificar socialmente as pessoas em contraposição ou não à heterossexualidade, e que circula nos ambientes escolares para indicarmos que a construção e a intervenção no corpo são práticas humanas. Precisamos demonstrar que as distintas sexualidades e identidades de gênero resultam dessa capacidade cultural dos seres humanos de atribuir sentidos para além dos aspectos naturais e físicos do corpo⁴. Sendo assim, não é própria dessa condição a imperiosa identificação entre o eu e o sexo biológico. Educar para a diversidade sexual⁵ é levar à compreensão da função simbólica que culturaliza a natureza (Lévi-Strauss, 2008) e, por consequência, levar a reconhecer que somos todos gente porque subvertemos a nossa matéria corporal. É uma forma de ensinar sobre como os corpos tornam-se suportes de manifestação dos significados com os quais os sujeitos mais se identificam quando se pensam, sendo eles heterossexuais ou não. É problematizar para levar ao conhecimento que seres humanos são capazes de performatizar seu gênero independente do sexo natural (Butler, 1999). Significa educar para compreender que existe uma unidade indistinguível entre nós, qual seja, a capacidade de fazer-se particular. Nessa perspectiva seria dizer que é preciso demonstrar que há, em termos mais lévi-straussianos, um espírito humano universal que procede sobre a natureza.

A fim de desenvolver entre aqueles que estão nas escolas a habilidade de compreensão sobre a ontologia humana como intuito de combater preconceitos de gênero, especialmente a transfobia e o desrespeito ao direito de uso do nome social, buscamos refletir com jovens e seus mestres sobre as interações que estabelecem com os seus próprios corpos. Talvez, se levássemos os alunos e docentes a olhar para o modo como gestam o corpo, constatariam mais semelhanças, por exemplo, entre mulheres e homens; heterossexuais e transgêneros; homossexuais e bissexuais. Ou seja, estranhar o seu modo de relacionar-se com seu corpo numa perspectiva comparada a outras

⁴ Não pretendemos reintroduzir a distinção ontológica entre natureza e cultura, que, como já se sabe desde Lévi-Strauss, segundo Descola (2011), é uma diferenciação que nem todas as culturas fazem e que pela qual não se pode reduzir os fenômenos exclusivamente a uma ou a outra. Mantemos essa separação de uma natureza biológica corporal e de uma natureza cultural humana capaz de tomar a primeira em processo de significação e transformação apenas para fins didáticos, para que os alunos e professores façam o mesmo movimento: o de estranhar e compreender que a natureza não é um reino autônomo da cultura, mas que é produzida em relação com esta última.

⁵ Foi por meio de demandas da Diretoria de Ensino Região de Americana (DERAme) aos mediadores escolares e, por sua vez e por seu convite, da mediadora da E.E. Prof. Ulisses de Oliveira Valente, de Santa Bárbara d'Oeste/SP, que nos pusemos o desafio de imaginar de que modo poderíamos – sem sermos especialista em gênero, transgeneridades e corpo – contribuir para um projeto educacional com finalidade de desenvolver respeito à diversidade sexual e de diminuir conflitos decorrentes dessa forma de preconceito. É nessas condições ou nessas condições parciais que procuramos colaborar, esperamos que o leitor reconheça nossos limites e nosso interesse em continuar pensando sobre as questões aqui abordadas.

maneiras pareceu uma experiência didática profícua de rompimento com tais dicotomias que parecem estar na base dos preconceitos e das classificações hierarquizantes das sexualidades e identidades de gênero. E, desse modo, entenderiam que não há motivo para discriminações para com aqueles que se constituem tão humanamente como qualquer outro que interfere em sua estrutura físico-biológica. Ou seja, a educação para a diversidade sexual com fim ao combate às fobias de gênero requer a demonstração de que a transformação de si, como as feminilizações ou masculinizações por cirurgias e tratamentos hormonais, não se distinguem de intervenções que outros fazem em processos de construção de seus corpos.

Com isso, não negamos, ainda que atentemos para a prática universal humana da intervenção corporal, as distintas práticas corporais e as diversas performances de gênero que se constroem em torno desses sujeitos. Pelo contrário, com isso, propomos que se atentamente para o corpo como um suporte privilegiado de expressão performática da identidade, dentre elas a de gênero (Butler, 1999), sobre o qual intervimos a partir de nossos lugares sociais e culturais. Independente de sexualidade e de orientação, mexemos e reinventamos o corpo, do nascimento à morte, em busca de que por ele possamos ver no espelho a expressão materializada da forma como nós pensamos ou da forma como gostaríamos que nos vissem.

Pareceu-nos salutar uma comparação entre práticas de produção corporal entre cisgêneros e transgêneros como um recurso didático-pedagógico para levarmos a plateia a uma postura crítica sobre as naturalizações de significados em torno do corpo. Foi um exercício educativo inspirado pela criticidade de Butler (1998: 25) ao pensar “mulheres”:

o que mulheres significa foi dado como certo durante tempo demais e o que foi determinado como “referente” do termo foi “fixado”, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação. Com efeito, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres.

É preciso falarmos nas escolas a partir de uma perspectiva crítica, como faz a autora para “mulheres”, para que tenhamos condições cada vez mais de notar como legítimas outras significações ou outras agências em torno corpo. Significa falarmos sobre corpo e outros corpos nas escolas continuamente para “repeti-los, repeti-los subversivamente, e deslocá-los dos contextos nos quais foram dispostos como instrumentos do poder opressor” (Butler, 1998: 26)

Essa foi a proposta de problematização em palestras que realizamos com professores e estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio a convite de escolas da rede pública da

Diretoria de Ensino Região de Americana (DERAme). Visamos com essa tarefa colaborar, na figura de educador e servidor público paulista, com o cumprimento do dever estabelecido pela Deliberação CEE Nº 125/2014 que, dentre outras determinações, define que os estados devem “garantir que os métodos educacionais, currículos e recursos sirvam para melhorar a compreensão e o respeito pelas diversas orientações sexuais e identidades de gênero”. Por isso, bebemos na fonte da antropologia.

Uma sugestão de diálogo sobre corpos e sexualidades

As palestras, denominadas “Construindo corpos e pessoas” ocorreram – e continuam ocorrendo – a convite⁶⁶ de diretores, coordenadoras pedagógicas ou mediadoras de conflito das unidades E.E. Profa. Niomar Aparecida Mattos Gobbo Amaral Gurgel (foto 1), E.E. Maria Judita Savioli de Oliveira (foto 2), E.E. Profa. Romana de Oliveira Salles Cunha, E.E. Cel. Luiz Alves, E.E. Maria Lúcia Padovani de Oliveira, E. E. Elisabeth Steagall Pirtouscheg, E. E. Silvino José de Oliveira, localizadas nas cidades de Americana/SP e Santa Bárbara d’Oeste/SP. A proposta de diálogo com os alunos e os docentes foi sequenciada em eixos que problematizaram a constituição de múltiplas corporalidades, ou seja, a construção de diversas identidades de gênero em e por corpos. Dessa maneira, ao final, poderiam compreender que a questão da diversidade sexual não se trata de moralizar o corpo, mas de entender que por ele e nele se manifestam as noções de gênero pelas quais os indivíduos se veem. Norteamos, portanto, as reflexões nessas direções: (a) o conceito de gênero e suas implicações nos modos de ser e nas corporalidades masculina e feminina; (b) tensões existenciais entre ser para si e aparecer para os outros; (c) formas de intervenções corporais para construir um corpo; (d) a prática humana de transformação da natureza das coisas e dos corpos.

⁶⁶ Agradecemos especialmente pelas oportunidades que nos deram Profa. Liliane de Paula Rodrigues, Profa. Sandra Neves e Prof. Leandro Pontes sem os quais não teriam ocorrido as palestras.

Foto 1 – Palestra “Construindo corpos e pessoas” na rede estadual de ensino.



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Desenvolvemos cada uma dessas questões por meio de vários exemplos práticos da vida dos adolescentes, procurando associar o debate antropológico sobre corporalidades e identidades de gênero a seus contextos de vida. Imaginamos que, com essa abordagem didática, viríamos estimular seus interesses em deslocar seus olhares para uma perspectiva antropológica e crítica e, conseqüentemente, menos preconceituosa. Para isso, recorremos a imagens que iam de objetos e pessoas categorizadas em gêneros até reportagens tocantes a dilemas pessoais de celebridades, passando por questões reprodutivas. Ou seja, tentávamos fazer sobressaltar nos ouvintes uma curiosidade sobre a relação que pode ter a sexualidade com assuntos triviais e díspares; uma estratégia de comunicação com os espectadores para que ao longo da explanação percebessem que falar de formas de expressão de sexualidade não é uma questão apenas para o Outro, mas uma questão para si, uma vez que gênero tangencia coisas, posturas, comportamentos, ações, corpo, etc. Queríamos que se dispusessem – principalmente os mais preconceituosos, o público alvo principal – desde o princípio em ouvir sobre assuntos que lhes interessavam e que, ao final, viessem notar que se tratam igualmente de assuntos que não lhes parecem ser seus problemas: alteração corporal e nominal.

Foto 2 – O uso didático de imagens na problematização da diversidade sexual.



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Primeira problematização: o gênero e suas implicações para os sujeitos

Para sensibilizar a plateia, recorreremos ainda à parte I do vídeo “Quem será Katlyn?”⁷ (2008), do diretor Caue Nunes, que conta a história de transformação identitária e corporal de Katlyn, uma travesti. Nessa primeira parte, apresenta-se pontos de vista de homens e mulheres sobre o que significa ser um ou outro e, pela qual, professores e alunos puderam perceber que muitas das opiniões não se sustentam, que se constituem concepções do senso comum. Por esse mesmo trecho, identificaram também, por uma linguagem em tom humorístico repleta de imagens e desenhos, que algumas orientações familiares para meninos e as meninas contrastam-se, mas se assemelham exclusivamente por conta das perspectivas para as crianças de mesmo sexo. Viram na tela as representações desiguais que orientam as distintas educações de garotas e garotos, notando mais

⁷ Disponível em <http://curtadoc.tv/curta/diversidade-sexual/quem-sera-katlyn/>. Acessado em: 17 de fevereiro de 2017.

sistematicamente que a eles, menos a elas, reserva-se uma maior e menos moralizada liberdade de relacionar-se com a vida pública e sexual.

Em seguida, apresentamos as classificações de gênero que perpassam os processos de socialização desde a mais tenra idade e que se manifestam pelas cores de roupa escolhidas e pelos brinquedos com que se brinca. É preciso fazer compreender que há uma ótica subreptícia sob os carrinhos de bonecas, as réplicas de utensílios de cozinha e de armas segundo a qual as vivências das mulheres devem se encerrar nos limites do entorno da casa e as dos homens não devem ser limitadas, pois eles destinam-se-iam aos espaços públicos. E se elas ganham figuras masculinas para brincarem, como o boneco da Bórbie, que saibam que ainda assim isso representa a vida do lar, porque ele não é como os homens fortes e corajosos de guerra que recebem os meninos. A posição dele é igualmente em função da vida doméstica, pois é marido da boneca, que, por sua vez, representa a perfeição da beleza. Vieram notar, além disso, como essas concepções interpelam seu cotidiano quando, por exemplo, adentram lojas de departamento que organizam conjuntamente as vestimentas femininas e as roupas de cama, mesa e banho.

Os meios de comunicação, por exemplo, auxiliam o processo social de idealização de modos de ser e de corpos, porque, através de publicidades e programas, projetam papéis sociais contrastantes para homens e mulheres tanto quanto valorizam mais alguns traços fenotípicos em detrimento de outros. Portanto, as categorias de gênero não introduzem apenas diferenciações nos modos de ser e viver de homens e mulheres, incluem internamente nessas diferenciações outras distinções: estéticas. Culturalmente, imbrica-se proporções de beleza e feiura a gêneros. Por isso, ser mulher não se trata apenas de ser “recatada” e “do lar”, trata-se de ser “bela” também. Por isso, exhibe-se na mídia corpos de mulheres configurados em determinados padrões estéticos que, ademais, são hiperssexualizados como se estivessem sempre à disposição dos homens e vivessem em função destes. Devido a isso, em nossas palestras, mostramos e falamos sobre as *top models* da Victoria’s Secret, as famosas *Angels*, e sobre publicidades de cervejas. Significa demonstrar a alienação da mulher de seu próprio corpo no encargo de serem “a mulher dele”. O entendimento é de que “ela ‘pertence’ ao lar, ao seu homem, que o lar é o lugar no qual ela é a propriedade doméstica daquele homem” (Butler, 1998: 27). Como conseguiram notar ao verem, numa propaganda de uma festa, garotas do tipo robustas e *fitness* serem ofertadas numa ceia nada agradável à ortodoxia cristã. São exemplos que fornecemos no intuito de desenvolver nossos primeiros objetivos que eram os de esclarecer que existem noções sociais para ambos os sexos e que quando

operacionalizadas pela família, escola, mídia – enfim, pelas instituições sociais – produzem corpos e comportamentos distintos. Foi nesse instante que os alunos se viram de um dilema: o de reconhecer que seus corpos são construídos socialmente e de natural pouco lhes resta. Muitos deles precisaram acantonar a certezas que tinham de que seus corpos eram exclusivamente produzidos por uma ordem indeterminável: a natureza.

Emblemático nesse sentido é a Escola de Princesas aberta recentemente por Sílvia Abravanel na capital paulista. Ao citá-la salientamos haver uma pedagogia de posturas consideradas ideais para meninas. Ou seja, a escola e os demais exemplos mostram processos na sociedade que realizam disciplinarização e produção de corpos para forjarem-se femininos e, por contraste e nesses mesmos processos, masculinos. O que inevitavelmente remeteu todos que assistiam nossa exposição à certeza de que não nascemos prontos, mas que fornecemos social e culturalmente significados à natureza corporal (Mauss, 1974) a propósito de tornamo-nos mulheres (Beauvoir, 1980) e, por oposição, fazemo-nos homens.

Segunda problematização: os conflitos subjetivos

Entretanto, quais são as implicações para aquelas que não conseguem ou que não querem desenvolver um corpo idealizado tal qual as representações sociais para homens e mulheres? Levantamos essa questão durante as palestras para que os alunos e docentes pudessem perceber que existem tensões e conflitos que interpelam os sujeitos que não se identificam diretamente com os padrões estéticos e comportamentais dos gêneros. Pareceu-nos interessante abordar duas situações reais para leva-los à compreensão. A primeira, vivida na realidade e encenada no cinema, dizia respeito às dificuldades de aceitação social da personagem gorda, negra e pobre Claireece “Preciosa” Jones do filme “Preciosa: uma história de esperança”. É a história de uma garota de 16 anos que – e isso tem a ver com o fato de não ser considerada bela – sofre infortúnios e violências, quando não invisível aos olhos das pessoas. A segunda situação, essa vivida na realidade, mas não encenada no cinema, tratava-se da vida da atriz Mara Elizabeth Wilson, protagonista de “Matilda” e de “Uma babá quase perfeita”. Seus transtornos emocionais e suas interpretações de personagens delicadas e “fofas” revelaram à plateia o quanto pode ser, nas palavras da artista, “horrível e triste” quando não nos identificamos verdadeiramente com as representações com as quais somos obrigados a comprometermo-nos. Trata-se de mulheres às quais foi imprimido sofrimento, respectivamente,

por não terem e por terem sido reconhecidas como próximas aos ideais de corpo e de postura feminina. Somos sujeitos, portanto, que vivemos em conflitos subjetivos decorrentes da ausência da sintonia com as formas socialmente consagradas.

Foi possível por esse exercício de reflexão, somado a questionamentos jogados aos espectadores, que conseguimos fazê-los colocarem-se no lugar de outros que não se sentem plenamente inseridos numa sociedade que classifica sujeitos pela quantidade de formosura e pela de feminilidade ou masculinidade. Por terem desenvolvido empatia com a dor do outro, puderam voltar o senso crítico para suas próprias condições e perceberem que estão, por vezes, distantes de contornos corporais socialmente aceitáveis ou de contornos desejáveis para si. Olharam e deram conta de apreender que somos, enquanto humanos, capazes de agir sobre nossas condições corporais com o intuito de aproximarmos ou não dos ideais de gênero e de corpos, que não deixam de ser transpassados, como já havíamos a eles demonstrado, por aquelas mesmas concepções sociais e culturais. Nessa segunda fase da palestra tentamos demonstrar aos jovens e aos educadores que, ainda que constrangimentos sociais de gênero e estética recaiam sobre o processo de formação do corpo e dos hábitos do indivíduo, a este é aberto possibilidades de ação transformadora. Ou seja, o indivíduo possui agência dentro das estruturas sociais que lhe incidem (Bourdieu, 1994) – inclusive agência sobre a estrutura social que constrange seu corpo –, podendo recorrer a outros significados que lhe convém manifestar.

Últimas problematizações: intervenções corporais enquanto práticas humanas

Em nossa comunicação, apresentamos imagens de sujeitos que são capazes de introduzirem lâminas e silicones em seus corpos porque estão em busca de construir uma maior ou menor identificação com a estética hegemônica de seu gênero. É assim que procuramos mostrar, por exemplo, práticas de *bodyart*, de alteração capilar, de cirurgias estéticas como intenções de modelação corporal. Logo, são ações que qualquer indivíduo realiza com finalidade de aproximação ou distanciamento das categorias de homens e mulheres belos. Pretendíamos que entendessem que a intervenção corporal é uma prática social universal necessária a construção de nossas identidades individuais em razão das concepções culturais de gênero e beleza. É preciso que percebessem o corpo em constante elaboração: um corpo que assume as montagens que o eu que quer se comunicar lhe faz, aquilo que Canevacci (Temer e Pereira, 2007) denominou de *bodyscape*.

Para exemplificar ainda mais a questão, tomamos a personagem de Ted Livine, Buffalo Bill, de “O Silêncio dos Inocentes” que buscava mulheres de manequim 48 para extrair delas a pele que o permitiriam costurar um novo corpo para si. A comparação talvez exagerada com a estória é para leva-los a refletir como o espelho é um campo de batalha no qual lutamos contra nosso próprio eu ou contra as formas estéticas dos gêneros. É quando os presentes na plateia entenderam que também já foram capazes de se perguntarem o quão feliz são diante do que a natureza fez com seus corpos. Ou ainda, aprenderam que são como muitos de nós humanos – para não exagerar e dizer “todos nós humanos” – que refletem sobre as maiores possibilidades de realização pessoal no caso de possuírem outras formas corporais. Se até aquele momento não haviam se perguntado claramente sobre isso, ao menos souberam que ao caçarem filtros e efeitos em seus aplicativos de celulares para se fazerem vistos na rede estavam na verdade tentando corrigir algo que lhes insatisfazia. Levávamos-os a refletir sobre esse corpo que é, atualmente, um eu-comunicacional, conforme Canevacci (Temer e Pereira, 2007: 107), capaz de performatizar diante do outro, falar de si para o outro, um corpo em elaboração que “incorpora sucessivas montagens e configurações, construindo fisionomias temporárias, coreografias, etnografias”. Se o corpo é sempre resultado das agências que os faz enquanto um ou outro, então, o que o faria diferente o garoto que é descontente com o seu abdômen do outro que é infeliz com seu pênis? Haveria algum fundamento moral razoável na busca de si pela cirurgia bariátrica, mas ausente na redesignação sexual? Ou ainda, não estariam semelhantemente à procura de suas identidades as jovens que realizam mastectomia e adquirem próteses mamárias? O que quisemos dizer para alunos e mestres foi que transgêneros e cisgêneros, que numa perspectiva acrítica estão contrapostos, não são tão diferentes, uma vez que, por vezes, são igualmente movidos pela insatisfação com a forma que vieram ao mundo. De nossa perspectiva, a injeção de hormônios para aumentar massa muscular ou feminilizar o que é masculino parece responder a uma prática comum de busca do eu dentro de uma cultura que abre possibilidades diversas aos indivíduos por meio de alterações biológicas. Não é possível sustentar, nesse sentido, apenas algumas corporalidades como normais quando nenhuma delas é totalmente natural. A mulher que deixa seus cabelos longos e manifesta por eles sua identidade religiosa ou o rapaz que se tatua e evidencia seu pertencimento ao punk parecem não nos deixar dúvidas sobre suas ações de alteração física. Não sendo, portanto, uma prerrogativa apenas dos transexuais que alteram seus sexos e seus nomes. É prática humana. A própria escolha de não alterar os cabelos por um axioma religioso é uma forma de intervenção cultural sobre o corpo cuja lógica não deixa de ser a mesma

daquele outro ou daquela outra que prefere os cabelos mais curtos para mostrar, se não sua identidade religiosa, sua identidade de gênero.

Passam a compreender por esse exercício de relativização de nossas práticas de intervenção corporal que estamos munidos de agência modificadora da natureza como um todo e não apenas da natureza corporal. Assimilam mais facilmente a proposição que fazemos quando são informados de que nem mesmo a lei da reprodução – que tem fundamentado críticas de religiosos contra a homo e a transexualidade por contradizerem uma suposta ordem natural – já não segue exclusivamente os preceitos biológicos em vista das novas tecnologias reprodutivas. Perceberam-se tendo que reaver suas concepções biologizantes da vida e do corpo quando se viram diante de vias científicas de reprodução de espécies nada tradicionais. Compreenderam que a humanidade e não apenas quem modifica seu sexo ou gênero tem submetido leis naturais a fatos culturais. Levamo-los a essa conclusão ao comunicarmos sobre as notícias de que camundongos⁸ haviam sido reproduzidos sem a necessidade do gameta feminino e de que desde a célebre clonagem da ovelha Dolly já podemos fazer cópias de animais.

Considerações Finais

Em síntese, por essa experiência didática de abordar a diversidade sexual a partir do eixo central corpo-agência, conduzimos escolas a aprenderem que nossos corpos não são naturais; são culturalmente alterados igualmente pela heteronormatividade ou pela transexualidade e, não, ao menos desse ponto de vista, aproximáveis e não distanciáveis. Por isso mesmo, é preciso frisar novamente, não se justifica fobias contra os sujeitos que não admitem para si determinadas configurações corporais. Nenhum corpo é livre de modificações. A graça em sermos humanos – e isso é que devemos ensinar – é que somos capazes de reinventarmos corpos criando-lhes significados e identidades. O corpo é um dos suportes que privilegiamos para tornarmo-nos seres humanos, sempre em busca daquilo que queremos ser.

Quando a práticas culturais de construção corporal e, por conseguinte, dos nomes que melhor expressam o que somos forem compreendidas enquanto inerente à condição humana, passaremos, então, a ver não apenas algumas intervenções que uns e outros fazem como normal –

⁸ Ver reportagem na parte sobre ciência e saúde do *site* do G1. Disponível em <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2016/09/cientistas-anunciam-reproducao-de-camundongo-sem-ovulo-feito-inedito.html>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2017.

visão limitada que parece presente no PDC nº 395/2016. Compreenderemos, enfim, que é ato humano a busca do sujeito que ansiamos. De heterossexuais a outras formas de expressão de gênero, somos igualmente livres para sermos o que desejarmos ser. Por fim, educar para a diversidade sexual significa educar para o reconhecimento da liberdade, que, desde Rousseau (1989 [1755]), sabemos ser também nosso fundamento natural.

Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Volume I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOPES LOURO, G. (org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, Revista do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, nº 11, 11-42, 1998.
- DESCOLA, Philippe. As duas naturezas de Lévi-Strauss. In: *Sociologia & Antropologia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 35-51, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Ática, 1989 [1755].
- TEMER, Ana Carolina R. P.; PEREIRA, Silvana C. dos S.. Entrevista Massimo Canevacci. *Comunicação e Informação*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, vol. 10, nº 2, 107-110, jul./dez. 2007.

Recebido em: 19 de fevereiro de 2017
Aprovado em: 29 de abril de 2017
Avaliação cega por pares: fev./abr. de 2017